



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

**ATA DA 46ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO DA 19ª LEGISLATURA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO**

Em 22 de junho de 2021, às 8h30min, no Plenário Léo Franklin e por meio virtual, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida em Sessão Ordinária. Participaram os vereadores: Adhemar Alves de Freitas Júnior, Alexsandro Barbosa da Silva, Aurélio Gomes da Silva, Cláudia Fernandes Batista, Carlos Hermes Ferreira da Cruz, Fabio Hernandez de Oliveira Sousa, Flamarion de Oliveira Amaral, Francisco Rodrigues da Costa, Jhony dos Santos Silva, João Francisco Silva, Manoel Conceição de Almeida, Marcio Renê Gomes de Sousa, Rogério Lima Avelino, Ricardo Seidel Guimarães, Rubem Lopes Lima, Terezinha de Oliveira Santos, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Whelberson Lima Brandão, Zesiel Ribeiro da Silva e o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa. Ausente: Antonio Silva Pimentel. Verificado quórum regimental, o vereador Fabio Hernandez de Oliveira Sousa procedeu à leitura dos versículos 10 e 11 do capítulo 32 do livro de *Salmos* da *Bíblia Sagrada*. Logo depois, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, declarou aberta a 46ª Sessão Ordinária do 1º Período da 19ª Legislatura e autorizou a primeira-secretária, Cláudia Fernandes Batista, a proceder à leitura da ata da sessão anterior, ocasião em que o vereador Fabio Hernandez de Oliveira Sousa solicitou dispensa do procedimento, proposta que foi aceita, quando o presidente submeteu a votação o referido documento, que foi aprovado pela unanimidade dos edis participantes. A seguir, com base no artigo 287, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imperatriz, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, anunciou a realização de Tribuna Popular em que se manifestariam representantes do movimento “Articulação Brasileira para o Pacto Educativo Global”. Ao fazer uso da Tribuna, o diretor da Universidade Federal do Maranhão, Daniel Duarte Costa, frisou a relevância da educação para a boa formação cultural dos jovens e, assim, do movimento “Articulação Brasileira para o Pacto Educativo Global”, que, em atenção a chamado do Papa Francisco, visava congregar os melhores esforços em prol da promoção qualitativa do ensino em todos os seus aspectos. Ao se dirigir à Tribuna, a pedagoga Herli de Sousa Carvalho conclamou a todos a participar, em 3 de julho, do encontro promovido pelo movimento “Articulação Brasileira para o Pacto Educativo Global”, com vistas à definição de novo projeto educacional voltado para a formação da sensibilidade humanista, humanitária e solidária. Logo depois, a pedagoga Herli de Sousa Carvalho alertou para a gravidade da problemática social com que se deparava o Brasil e apontou a necessidade de conjugação de esforços pela superação das deficiências educacionais que se encontravam na base dessa questão. Ao fazer uso da palavra, o vereador Aurélio Gomes da Silva convidou os colegas edis a se unirem ao movimento “Articulação Brasileira para o Pacto Educativo Global”, com vistas à construção de um sistema educacional efetivamente qualitativo. Logo depois, o vereador Carlos Hermes Ferreira da Cruz destacou a importância do movimento “Articulação Brasileira para o Pacto Educativo Global”, a propósito do que assinalou a necessidade



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

de que, mais que formação de técnicos, o ensino se voltasse para a construção da cidadania, pautada pelo caráter inclusivo e humanizador. Nesta ocasião, o edil Carlos Hermes Ferreira da Cruz lamentou que se verificasse no planeta e sobretudo no País um retrocesso no reconhecimento dos valores educacionais. Em seguida, o vereador Flamarion de Oliveira Amaral enfatizou a relevância da educação para a formação cidadã, como a base indispensável somente sobre a qual se poderia construir uma sociedade próspera. Nesta oportunidade, o edil Fabio Hernandez de Oliveira Sousa ressaltou a importância do ensino de qualidade para a formação cristã e a prevenção da marginalidade, de modo a manter o equilíbrio entre os deveres e os direitos. Na sequência, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, anunciou a entrega de Moção de Felicitações ao Clube de Mães, em reconhecimento dos cinquenta anos de fundação dessa instituição e de sua relevante atuação em benefício da família imperatrizense, de autoria da vereadora Cláudia Fernandes Batista, que frisou a importância do Clube de Mães para a sociedade imperatrizense, momento em que cumprimentou as fundadoras do Clube de Mães pelo significativo trabalho desenvolvido. Instantes depois, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, convidou a presidente do Clube de Mães, Maria Elizete de Sousa Bomfim, a receber a Moção de Felicitações das mãos da autora, Cláudia Fernandes Batista. Ao fazer uso da Tribuna, a presidente do Clube de Mães, Maria Elizete de Sousa Bomfim, agradeceu aos edis pela aprovação da concessão da Moção de Felicitações pela qual reconheciam o mérito da atuação dessa entidade. A seguir, dirigiu-se à Tribuna a secretária do Clube de Mães, Maria da Conceição Medeiros Formiga, que agradeceu aos vereadores pela outorga da Moção de Felicitações pelo desempenho dessa instituição nos seus cinquenta anos de fundação, após o que teceu breve relato da história da existência dessa instituição, que contava atualmente com vinte e três núcleos, a propósito do que enfatizou a relevância da espiritualidade para a consistência da atuação do Clube de Mães. Ao se manifestar, o edil Flamarion de Oliveira Amaral se declarou feliz com a homenagem prestada pela Câmara Municipal ao Clube de Mães, momento em que cumprimentou as dirigentes dessa entidade na pessoa de sua secretária, Maria da Conceição Medeiros Formiga. Logo depois, o vereador Carlos Hermes Ferreira da Cruz parabenizou a vereadora Cláudia Fernandes Batista pela iniciativa da proposição da outorga da Moção de Felicitações ao Clube de Mães de Imperatriz. Ao se pronunciar, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, cumprimentou as representantes do Clube de Mães pelo trabalho desenvolvido em prol da família imperatrizense. Nesta oportunidade, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, comunicou a proposição, pelo vereador Ricardo Seidel Guimarães, de Tribuna Popular em que se manifestaria representante do Instituto Misericórdia Vultus, proposta que submeteu à votação do Plenário, quando foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Ao fazer uso da palavra, o vereador Ricardo Seidel Guimarães destacou a importância da atuação do Instituto Misericórdia Vultus no âmbito da assistência à saúde no Município. Ao se dirigir à Tribuna, o representante do Instituto Misericórdia Vultus Áureo Cangussu explicou que essa entidade era um braço social



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

do Hospital Santa Mônica, que prestara assistência exclusiva aos pacientes acometidos de covid-19 desde o início da pandemia, período em que registrou o atendimento a 15.159 pacientes, 14.246 dos quais haviam sido curados, e 116 óbitos. Em seguida, o representante do Instituto Misericórdia Vultus Áureo Cangussu contou que foi nesse período que surgiu o interesse em criar o Instituto Misericórdia Vultus, com vistas a proporcionar atendimento inclusivo aos menos favorecidos, democratizando o acesso à assistência médica às comunidades em situação de vulnerabilidade social. Ao se dirigir à Tribuna, o representante do Instituto Misericórdia Vultus André Luiz Teixeira declarou que, como especialista bucomaxilofacial, conhecia de perto o drama da marginalização ou autoexclusão dos pacientes com defeitos faciais, de forma que uma das propostas do Instituto Misericórdia Vultus consistiria na recomposição facial de pacientes de baixa renda. Ao se pronunciar da Tribuna, o representante do Instituto Misericórdia Vultus Antonio Braconi contou que uma das missões que se propunha essa entidade a inclusão social, principalmente de crianças e adolescentes, com problemas ortopédicos limitadores. Ao voltar a fazer uso da palavra, o representante do Instituto Misericórdia Vultus Áureo Cangussu destacou a importância do implante coclear para a recuperação da audição de deficientes auditivos. Instantes depois, o representante do Instituto Misericórdia Vultus Áureo Cangussu disse esperar a parceria institucional da Câmara Municipal na atuação dessa entidade. Ao se manifestar, o vereador Flamarion de Oliveira Amaral cumprimentou os representantes do Instituto Misericórdia Vultus pelo merecimento da excepcional iniciativa em benefício de pacientes em situação de vulnerabilidade social, no que foi seguido pelo edil Carlos Hermes Ferreira da Cruz, que frisou a relevância da responsabilidade social que assumiam ao implementarem o projeto em foco. Nesta ocasião, o vereador Fabio Hernandez de Oliveira Sousa destacou o caráter franciscano da proposta dos criadores do Instituto Misericórdia Vultus, pela qual os parabenizou, momento em que reconheceu o elevado mérito da iniciativa, no que foi seguido pelos edis Adhemar Alves de Freitas Júnior, Rubem Lopes Lima, Cláudia Fernandes Batista, Wanderson Manchinha Silva Carvalho e Ricardo Seidel Guimarães. Ao se pronunciar, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, assinalou o caráter solidário da iniciativa dos médicos idealizadores do Instituto Misericórdia Vultus, os quais parabenizou. Nesta oportunidade, o vereador Ricardo Seidel Guimarães comunicou que tramitava na Casa projeto de lei de reconhecimento da utilidade pública do Instituto Misericórdia Vultus e solicitou o voto favorável dos colegas edis, a propósito do que o edil Adhemar Alves de Freitas Júnior ressaltou que a legislação pertinente requeria tempo mínimo de existência das entidades a ser reconhecidas de utilidade, momento em que propôs a modificação do respectivo dispositivo, com vistas à viabilização do reconhecimento da utilidade pública do Instituto Misericórdia Vultus. Na sequência, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, autorizou a primeira-secretária, Cláudia Fernandes Batista, a proceder à leitura da correspondência recebida, quando esta informou que não a havia. Ato contínuo, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, autorizou a primeira-secretária, Cláudia Fernandes Batista, a proceder à leitura do Expediente



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

da Casa, que constava da apresentação e encaminhamento à Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação dos Projetos de Lei Ordinária: Nº 17/2021, de autoria do vereador Rogério Lima Avelino, que "Reconhece a prática de atividade física e do exercício físico como essenciais para a população no Município de Imperatriz"; e Nº 18/2021, de autoria da vereadora Cláudia Fernandes Batista, que "Dispõe sobre a colocação de placas informativas em libras em todas as repartições públicas no Município de Imperatriz sobre o uso da linguagem de sinais libras". Instantes depois, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, determinou o encaminhamento das mencionadas matérias à referida Comissão Permanente. Na sequência, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, autorizou a primeira-secretária, Cláudia Fernandes Batista, a dar prosseguimento à leitura do Expediente da Casa, que abrangia, ainda, a apresentação, discussão e votação de dez Indicações: Nº 372/2021, de autoria do vereador Zésiel Ribeiro da Silva, ao prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos, e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Zigomar Costa Avelino Filho, da pavimentação asfáltica, com meios-fios e sarjetas, da Rua São Francisco, na Vila Independente; Nº 373/2021, de autoria do vereador Alexsandro Barbosa da Silva, ao prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos, e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Zigomar Costa Avelino Filho, da pavimentação asfáltica, com meios-fios, sarjetas e drenagem, da Rua Vinte e Quatro, com início na Rua Doze até a Coletora 3, na Vila Vitória; Nº 374/2021, de autoria de todos os vereadores deste Parlamento, ao prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos, e à secretária municipal de Saúde, Mariana Jales de Souza, com urgência, da inclusão dos profissionais das empresas que prestam serviços de transportes públicos municipal e intermunicipal de Imperatriz na lista prioritária de vacinação contra a Covid-19; Nº 375/2021, de autoria do vereador Jhony dos Santos Silva, ao governador Flávio Dino de Castro de costa, ao prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos, ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Zigomar Costa Avelino Filho (com cópias aos deputados estaduais Marco Aurélio da Silva Azevedo e Rildo de Oliveira Amaral), da firmação de parceria para a drenagem e asfaltamento ou bloqueteamento, com meios fios e sarjetas, das Ruas Monteiro Lobato, Princesa Isabel, Gonçalves Dias, Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa, Marechal Rondon e Rui Barbosa, em todas as suas extensões, no Parque Sanharol; Nº 376/2021, de autoria do vereador Francisco Rodrigues da Costa, ao prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos, da criação do Programa Municipal Tratamento Fora de Domicílio – TFD, com vistas ao fornecimento de diária de trinta reais tanto para o paciente como para o acompanhante; Nº 377/2021, de autoria do vereador Fábio Hernandez de Oliveira Sousa, ao prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos, e ao secretário municipal de Planejamento, Fazenda e Gestão Orçamentária, Josafan Bonfim Moraes Rêgo Júnior, da concessão de adicional de risco de vida aos vaqueiros da Unidade de Vigilância em Zoonoses; Nº 378/2021, de autoria da vereadora Cláudia Fernandes Batista, ao prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos, ao secretário municipal de Planejamento Urbano, Alessando Pereira Silva, e ao superintendente estadual dos Correios, Diego



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Henrique de Carvalho, da firmação de parceria para inclusão do Residencial Sebastião Régis no sistema de Código de Endereçamento Postal - CEP dos Correios de Imperatriz; Nº 379/2021, de autoria do vereador Rubem Lopes Lima, ao prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos, e ao secretário municipal de Trânsito e Transporte, Leandro José Braga Costa, da implantação de redutor de velocidade (quebra-molas), ao longo da Rua G, no Conjunto Vitória; Nº 380/2021, de autoria do vereador Carlos Hermes Ferreira da Cruz, ao prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos, e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Público, Zigomar Costa Avelino Filho, da pavimentação asfáltica com meios-fios, sarjetas e drenagem das Ruas A1, A4, A6, B1, B2, B5, C7, C9, C10, C14, C15, C16, C17, C18, D4, D6, D8, D9, D10 e CD2, em todas as suas extensões, no Bairro Jardim Tropical; e Nº 381/2021, de autoria do vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho, ao prefeito Francisco de Assis Andrade Ramos e ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Sr. Wilson Alves Moreira Filho, da realização da Feira Cidadã Itinerante nos Bairros Vilha e Parque Alvorada I. Imediatamente, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Zesiel Ribeiro da Silva, que destacou a necessidade da obra sugerida para a melhoria da qualidade do trânsito na Rua São Francisco, na Vila Independente. Ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria os edis Aurélio Gomes da Silva, Wanderson Manchinha Silva Carvalho e Carlos Hermes Ferreira da Cruz. Como ninguém mais se pronunciou, o primeiro-vice-presidente, Alexsandro Barbosa da Silva, submeteu a votação a Indicação Nº 372/2021, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Instantes depois, expôs a discussão a Indicação de sua autoria, quando ressaltou a necessidade da obra requerida de pavimentação e drenagem na Rua 24, na Vila Vitória. Ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria os vereadores Rubem Lopes Lima e Wanderson Manchinha Silva Carvalho. Como ninguém mais se manifestasse, o primeiro-vice-presidente, Alexsandro Barbosa da Silva, submeteu a votação a Indicação Nº 373/2021, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Na sequência, expôs a discussão a Indicação de autoria da unanimidade dos vereadores, momento em que o edil Flamarion de Oliveira Amaral frisou a relevância da inclusão dos profissionais do transporte coletivo de passageiros na lista prioritária da vacinação contra a covid-19, em virtude de sua exposição diária a grande número de passageiros. Como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, o primeiro-vice-presidente, Alexsandro Barbosa da Silva, submeteu a votação a Indicação Nº 374/2021, que recebeu a aprovação da unanimidade dos edis participantes. Imediatamente, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Jhony dos Santos Silva, que ressaltou a necessidade de drenagem e asfaltamento das vias públicas apontadas no Parque Sanharol para a melhoria da qualidade do trânsito nesse bairro. Ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria os edis Cláudia Fernandes Batista, Rubem Lopes Lima, Alexsandro Barbosa da Silva, Whelberson Lima Brandão, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Manoel Conceição de Almeida, Fabio Hernandez de Oliveira Spousa, Carlos



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Hermes Ferreira da Cruz. Ao voltar a se manifestar, o vereador Jhony dos Santos Silva lembrou que era preocupante o terrorismo de que vinham sendo vítimas moradores do Parque Sanharol, expulsos de suas casas por supostos proprietários dos terrenos. Como ninguém mais se manifestasse, primeiro-vice-presidente, Alexsandro Barbosa da Silva, submeteu a votação a Indicação nº 376/2021, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Ato contínuo, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Francisco Rodrigues da Costa, que comentou que era fixado pelo Governo Federal o valor da diária oferecida pelo programa TFD [Tratamento Fora de Domicílio], de forma que, como era valor insuficiente, propunha ao prefeito [Francisco de Assis Andrade Ramos] o pagamento, por meio da criação do TFD municipal, de valor equivalente assim para o paciente como para o acompanhante. Ao fazerem uso da palavra, reconheceram a necessidade de elevação dos recursos oferecidos aos usuários do TFD, em virtude da situação de vulnerabilidade social em que se encontravam, e solicitaram permissão para subscrever a matéria os edis Flamarion de Oliveira Amaral, Rubem Lopes Lima, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Jhony dos Santos Silva, Marcio Renê Gomes de Sousa, Cláudia Fernandes Batista e Fabio Hernandez de Oliveira Sousa. Nesta ocasião, o vereador Zesiel Ribeiro da Silva sugeriu a proposição ao Governo do Estado da concessão aos usuários do TFD de dispensa da taxa de embarque nos ônibus de transporte de passageiros com destino à Capital. Ao se manifestar, o vereador Manoel Conceição de Almeida lembrou que cerca de vinte dias atrás, conforme denunciara juntamente com o colega Adhemar Alves de Freitas Júnior, havia atraso de meses no pagamento da diária custeada pelo Governo Federal, de modo que era pouco crível que pagasse com recurso do próprio Município, após o que acrescentou que o prefeito [Francisco de Assis Andrade Ramos] deixava de pagar diversos outros débitos, inclusive contraídos junto a empresas prestadoras de serviço contratadas pelo Município. Como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, submeteu a votação a Indicação nº 376/2021, que recebeu a aprovação unânime dos edis participantes. Logo depois, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Fabio Hernandez de Oliveira Sousa, que comentou que a função do recolhimento de animais soltos em vias públicas expunha a frequentes ameaças, de maneira que faziam jus adicional de risco de vida os vaqueiros da Unidade de Vigilância de Zoonoses. Ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria os edis Jhony dos Santos Silva, Rogério Lima Avelino, Whelberson Lima Brandão e Rubem Lopes Lima. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, submeteu a votação a Indicação nº 377/2021, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Na sequência, expôs a discussão a Indicação de autoria da vereadora Cláudia Fernandes Batista, que declarou que os moradores do Residencial Sebastião Régis vinham deparando dificuldades no recebimento de correspondência, de forma que se fazia necessária a adoção da medida de inclusão desse bairro no sistema de códigos de endereçamento postal. Ao fazerem uso da palavra, solicitaram permissão para subscrever a matéria os edis Jhony dos Santos Sil-



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

va, Rubem Lopes Lima, Whelberson Lima Brandão, Manoel Conceição de Almeida, que destacou que uma das causas das dificuldades burocráticas defrontadas pela comunidade do Residencial Sebastião Régis se devia ao fato de que esse bairro era ainda oficialmente classificado como zona rural, de modo que convinha a adoção da providência de reversão dessa classificação. A esse respeito, o vereador Zesiel Ribeiro da Silva contou que a pasta pertinente já vinha adotando a medida necessária da mudança de zoneamento com essa finalidade, ao que a vereadora Cláudia Fernandes Batista acrescentou que recebera a informação de que o Residencial Sebastião Régis já havia sido classificado como extensão urbana, ao que o edil Manoel Conceição de Almeida redarguiu que essa medida requeria a aprovação do Poder Legislativo, a propósito do que o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, comunicou que a Comissão Permanente de Planejamento, Uso, Ocupação, Parcelamento do Solo e Meio Ambiente apuraria essa situação. Como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, submeteu a votação a Indicação Nº 378/2021, que recebeu a aprovação unânime dos edis participantes. Ato contínuo, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Rubem Lopes Lima, que comentou que, após a pavimentação, em virtude da inconseqüência de motoristas, já haviam ocorrido acidentes, inclusive fatais, na Rua G, no Conjunto Vitória, de maneira que se fazia necessária a instalação no local de redutor de velocidade. Após frisar que era legalmente proibida a instalação de quebra-molas em vias públicas, o edil Manoel Conceição de Almeida se dispôs a subscrever a matéria, no que foi seguido pelos colegas Jhony dos Santos Silva, Flamarion de Oliveira Amaral, Alexsandro Barbosa da Silva, Rogério Lima Avelino, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Cláudia Fernandes Batista e Whelberson Lima Brandão. Nesta ocasião, o vereador Zesiel Ribeiro da Silva opinou que era mais apropriada a utilização de redutor de velocidade eletrônico. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, submeteu a votação a Indicação Nº 379/2021, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Neste ínterim, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, cumprimentou o colega Rubem Lopes Lima pela realização, em atendimento a solicitação sua à Secretaria Desenvolvimento Econômico, de Feira Cidadã Itinerante no Conjunto Vitória. A seguir, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Carlos Hermes Ferreira da Cruz, que destacou a relevância da realização de obras de pavimentação asfáltica e drenagem nas ruas objetos da proposição, no Jardim Tropical, bairro que, apesar de localizado próximo ao Centro, ressentia-se da omissão do Poder Executivo. Ao fazerem uso da palavra, solicitaram permissão para subscrever a matéria os edis Alexsandro Barbosa da Silva, Rogério Lima Avelino, Rubem Lopes Lima, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Aurélio Gomes da Silva, Fabio Hernandez de Oliveira Sousa, Jhony dos Santos Silva, Adhemar Alves de Freitas Júnior, Whelberson Lima Brandão e Cláudia Fernandes Batista. Ao se pronunciar, o vereador Manoel Conceição de Almeida comentou que, considerando o fato de que o prefeito [Francisco de Assis Andrade Ramos] não havia atendido a nenhuma das indicações do colega Carlos Hermes Ferreira



PODER LEGISLATIVO

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

da Cruz, julgava irônica a proposição da pavimentação de tantas vias públicas, ao que o edil Alexandro Barbosa da Silva redarguiu que o prefeito vinha se empenhando pela recuperação do máximo possível de ruas, de modo que viria a pavimentar também as vias públicas apontadas na matéria. A voltar a fazer uso da palavra, o vereador Carlos Hermes Ferreira da Cruz reafirmou a disposição de, movido pela fé, persistir na luta em defesa de benefícios públicos para as comunidades imperatrizenses. Como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, submeteu a votação a Indicação nº 380/2021, que recebeu a aprovação unânime dos edis participantes. Imediatamente, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho, que assinalou a importância das Feiras Cidadãs Itinerantes para o fomento à economia dos bairros da cidade, de forma que propunha a realização desse evento no Bairro Vilinha e no Parque Alvorada I. Ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria os edis Cláudia Fernandes Batista, Alexandro Barbosa da Silva, Aurélio Gomes da Silva, Manoel Conceição de Almeida, Rogério Lima Avelino, Jhony dos Santos Silva, Whelberson Lima Brandão, Famarion de Oliveira Amaral, Marcio Renê Gomes de Sousa, Adhemar Alves de Freitas Júnior, Rubem Lopes Lima, que ressaltou a importância das Feiras Cidadãs Itinerantes para o aquecimento da economia nos bairros da cidade. Nesta ocasião, o vereador Manoel Conceição de Almeida questionou se era de fato prioritária a realização de Feiras Cidadãs Itinerantes, a propósito do que citou a situação de precariedade em que se encontravam o Socorrão [Hospital Municipal de Imperatriz] e muitas vias públicas, ao que o edil Rubem Lopes Lima redarguiu argumentando que, sem prejuízo das indicativas em defesa de melhorias na área da saúde pública, revestia-se também de importância o estímulo à economia, no que foi seguido pelo colega Wanderson Manchinha Silva Carvalho, ao que o vereador Manoel Conceição de Almeida triplicou que de nada adiantaria o aquecimento da economia enquanto a população sofresse a precariedade do sistema de assistência à saúde pública. Ao se pronunciar, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, ponderou que a Câmara Municipal era formada de vereadores de diferentes perfis, de modo que cada um se portava consoante sua singularidade, não cabendo a nenhum menosprezar o trabalho do outro, uma vez que todas as iniciativas se revestiam de sua importância particular. Em nova intervenção, o edil Manoel Conceição de Almeida ressaltou que, independentemente do ofício que exercesse, manteria o perfil de lutador em defesa dos interesses populares. Ao fazer uso da palavra, o vereador Marcio Renê Gomes de Sousa destacou a natureza democrática das feiras livres, assim como sua função de oferecer oportunidades a pequenos empreendedores, que nelas tinha o ensejo de recuperar a dignidade. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, submeteu a votação a Indicação nº 381/2021, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Neste ínterim, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, propôs a prorrogação da Sessão por mais trinta minutos, proposta que submeteu a votação do Plenário, quando foi aprovada pela unanimidade dos edis presentes. Na sequência, o presi-



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

dente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, anunciou a Ordem do Dia, que constava de única discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária Nº 14/2021, de autoria do vereador Flamarion de Oliveira Amaral, que "Altera termo na Lei Ordinária Nº 858/98 ("Fica instituído no Município de Imperatriz o exercício da atividade do profissional em transporte de passageiros através de motocicletas denominado 'Mototaxista'"). Nesta ocasião, o vereador Zesiel Ribeiro da Silva comunicou que, embora fosse favorável à matéria, requeria pedido de vista da matéria em pauta na Ordem do Dia, momento em que o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, autorizou a primeira-secretária, Cláudia Fernandes Batista, a proceder à leitura do referido requerimento, que foi aprovado pela unanimidade dos edis participantes. Ao fazer uso da palavra, o autor da proposição, Flamarion de Oliveira Amaral, explicou que a matéria visava à ampliação, de seis para oito anos, do período de utilização das motos usadas profissionalmente pelos cerca de setecentos mototaxistas, tendo em vista às dificuldades financeiras com que se deparava essa categoria. Ao se manifestar, o vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho, parabenizou o colega Flamarion de Oliveira Amaral pela sensibilidade à causa dos mototaxistas, no que foi seguido pelo colega Aurélio Gomes da Silva. Instantes depois, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, abriu inscrições a pronunciamentos no Grande Expediente, quando se inscreveram os edis: Adhemar Alves de Freitas Júnior, Carlos Hermes Ferreira da Cruz, Jhony dos Santos Silva, Rubem Lopes Lima e Manoel Conceição de Almeida. Ao se dirigir à Tribuna, o vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior contou que recebera denúncia de familiares de pacientes internados no Socorrão da falta de itens básicos, tais como medicamentos essenciais, inclusive soro fisiológico, de forma que familiares precisavam levar esse produto, o que considerou inaceitável, a propósito do que reconheceu que era muito difícil a gestão da saúde pública em Imperatriz, visto que cidade recebia pacientes de toda a região, razão pela qual era preciso buscar solução para as grandes deficiências verificadas nessa área, a propósito do que sugeriu a federalização. A seguir, o edil Adhemar Alves de Freitas Júnior frisou a grande importância do Socorrão para a assistência médica da maior parte da população, de modo que não se podia permitir que se mantivesse em situação crítica, momento em que questionou qual seria a razão de tantos atrasos em pagamentos devidos pela Prefeitura a fornecedores e prestadores de serviços, após o que apontou a necessidade da prestação de contas pelo Poder Executivo da gestão das verbas alocadas para a pasta da saúde municipal. Ao solicitar aparte, o vereador Flamarion de Oliveira Amaral declarou que o mesmo questionamento fazia a sociedade imperatrizense, visto que era inaceitável a situação em que se encontravam o Socorrão, onde faltavam medicamentos básicos, como analgésico e anestesia, enquanto pacientes aguardavam em corredores, por consequência da falta de colchões. Concedido-lhe aparte, o vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho lamentou a situação em que se encontravam funcionários e usuários do Socorrão, já que os primeiros recebiam retaliação oficial, os segundos, perderem a vida. Ao retomar a palavra, o vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior ponderou que, embora houvesse surgido a demanda



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

extraordinária de tratamento da covid-19, persistiam outras enfermidades, muitas vezes também fatais, cujas pacientes contavam com o atendimento prestado pelo Socorrão, de maneira que se fazia necessária prestação de contas pela Secretaria da Fazenda e Gestão Orçamentária - Sefazgo dos recursos alocados para a área da saúde. Ao se pronunciar no Grande Expediente, o edil Carlos Hermes Ferreira da Cruz contou que ocorrera naquela manhã, no Rio de Janeiro, o ato de filiação do governador Flávio Dino de Castro e Costa ao PSB [Partido Socialista Brasileiro], agremiação coirmã do PCdoB [Partido Comunista do Brasil], que integrara o governador anteriormente, após o que teceu considerações sobre a trajetória histórica da evolução da luta dos trabalhadores brasileiros por direitos, na qual figuravam como protagonistas tanto o PSB quanto o PCdoB. Nessa perspectiva, o vereador Carlos Hermes Ferreira da Cruz frisou que se dava no País disputa entre os defensores da civilidade e os que se opunham ao processo civilizatório, a propósito do que lamentou que houvesse parcela da população que aprovasse a truculência com que se portava o presidente da República, inclusive em relação a membros da imprensa. Facultado-lhe aparte, o vereador Aurélio Gomes da Silva registrou cumprimentos ao governador Flávio Dino de Castro e Costa pela filiação ao PSB, que muito havia ganhado com a chegada deste, momento em que disse estar certo de que Imperatriz seria beneficiada pela atuação partidária do governador. Ao voltar a fazer uso da palavra, o vereador Carlos Hermes Ferreira da Cruz destacou que haviam sido vacinadas oito mil pessoas no primeiro dia do Arraial da Vacinação, realizado pelo governo estadual no Município, o que considerou bastante positivo. Ao se pronunciar da Tribuna, o edil Jhony dos Santos Silva declarou que se fazia portavoz de pedido de socorro da comunidade do Parque Sanharol, onde supostos proprietários das áreas onde se localizavam muitas residências expulsavam os moradores, mediante a apresentação de documentação que atestaria a propriedade do imóvel, o que classificou de terrorismo e sugeriu a realização de Tribuna Popular com representantes desses moradores para tratar da questão. Ao solicitar aparte, os vereadores Aurélio Gomes da Silva e Flamarion de Oliveira Amaral reconheceram a gravidade da questão e manifestaram apoio à proposta de realização de Tribuna Popular. Ao fazer uso da Tribuna, o edil Rubem Lopes Lima apelou para os colegas edis por ajuda a muitas famílias da Vila Vitória, que defrontavam muitas dificuldades por consequência da falta de água, havia mais de dois meses, além da falta de esgoto, enquanto os governos municipal e estadual transferiam mutuamente a responsabilidade pelo problema. A esse respeito, o vereador Rubem Lopes Lima protestou contra a omissão da Caema [Companhia de Saneamento Ambiental do Estado do Maranhão], à qual desde quase dois meses solicitava a destinação de carro-pipa à Vila Vitória para fornecer água à população. Concedido-lhe aparte, o vereador Flamarion de Oliveira Amaral julgou inadmissível que a comunidade da Vila Vitória já não contasse com o fornecimento de água, de forma que contataria o governo estadual a esse respeito. Ao retomar a palavra, o vereador Rubem Lopes Lima apontou a necessidade de providências tanto da parte do Município quanto do Estado em busca de solução para a problemática da falta



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

de água no Conjunto Vitória. Facultado-lhe aparte, o edil Wanderson Manchinha Silva Carvalho contou que havia tido atendida demanda apresentada ao gestor regional da Caema, Adonilson Lima, de modo que o contataria a respeito da problemática com que se deparava a comunidade da Vila Vitória. Ao solicitar aparte, o vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior lamentou que comunidades imperatrizenses ainda deparassem grave insuficiência no abastecimento de água, razão pela qual competia à Câmara Municipal discutir as possíveis soluções para esse e outros problemas da cidade. Concedido-lhe aparte, o edil Zesiel Ribeiro da Silva opinou que, como a concessão pública da cidade à Caema vinha resultando em grandes dificuldades, a solução seria a privatização do serviço de fornecimento de água. Ao voltar a fazer uso da palavra, o vereador Rubem Lopes Lima reafirmou seu repúdio à Caema pela dramática situação em que se encontrava a comunidade da Vila Vitória. Neste ínterim, inscrito para se manifestar da Tribuna, o vereador Manoel Conceição de Almeida solicitou dispensa da palavra. Como nada mais houvesse a tratar, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, deu por encerrada a Sessão. Tasso Assunção, secretário *ad hoc*, lavrou a presente ata, que, após revisada pela servidora Zilda de Carvalho Pereira, vai assinada pelos membros da Mesa Diretora. Plenário Léo Franklin, da Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 22 de junho de 2021.

Amauri Alberto Pereira de Sousa
Presidente

Alexandro Barbosa da Silva
Primeiro vice-presidente

Rubem Lopes Lima
Segundo vice-presidente

Cláudia Fernandes Batista
Primeira-secretária

Antonio Silva Pimentel
Segundo-secretário